

# Estudos Críticos e Sistemas de Organização do Conhecimento: Aspectos Conceituais e Éticos

Suellen Oliveira Milani

**Como citar:** MILANI, Suellen Oliveira. Estudos Críticos e Sistemas de Organização do Conhecimento: Aspectos Conceituais e Éticos. *In:* ALMEIDA, Carlos Cândido de; SAN SEGUNDO, Rosa; MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel (org.). **Estudos críticos em organização do conhecimento**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024. p.73-104. DOI: <https://doi.org/10.36311/2024.978-65-5954-485-1.p73-104>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

3

**ESTUDOS CRÍTICOS E SISTEMAS  
DE ORGANIZAÇÃO DO  
CONHECIMENTO: ASPECTOS  
CONCEITUAIS E ÉTICOS**

*CRITICAL STUDIES AND  
KNOWLEDGE ORGANIZATION  
SYSTEMS: CONCEPTUAL AND  
ETHICAL ASPECTS*

*Suellen Oliveira MILANI*

*Universidade Federal Fluminense – UFF*

**Resumo:** O catálogo deve atuar como um mediador justo e confiável entre as necessidades informacionais dos usuários e os itens presentes no acervo. Quando a representação do conhecimento não é realizada de forma defensável, pode-se afastar ou excluir comunidades de usuários do sistema de informação. Alternativas de negociação de espaços para inclusão das comunidades de usuários configuram-se como uma preocupação global da Organização do Conhecimento, Substituir por: porém as soluções, geralmente, são locais e contextualizadas. Os sistemas de organização do conhecimento podem auxiliar os bibliotecários a trabalharem nas margens ou nos limites sociais e epistemológicos visando a uma representação do conhecimento equitativa. Para tanto, um exercício constante de ampliação de consciência e compreensão da responsabilidade ética é necessário. O presente estudo traz uma discussão sobre valores e dilemas éticos e apresenta o método desconstrução, mais especificamente as desconstruções transgressivas, como alternativas teóricas para se pensar a inclusão de comunidades de usuários que se encontram às margens do sistema de informação.

**Palavras-chaves:** organização do conhecimento; sistema de organização do conhecimento; valor ético; dilema ético; desconstrução.

**Abstract:** Library catalog must act as a fair and reliable mediator between the users' information needs and the items of the collection. However, when knowledge representation is not held in a defensible way, user communities of the information system can be set aside or excluded. Alternatives for spaces negotiation aiming to include user communities are a global concern of Knowledge Organization, but solutions are local. Knowledge organization systems can help librarians to act at the margins or social and epistemological boundaries for equitable knowledge representation. For that, a constant exercise to increase awareness and understanding of ethical responsibility is necessary. This study address a discussion about ethical values and dilemmas, and presents the deconstruction method, more specifically the transgressive deconstructions, as theoretical alternatives for the inclusion of user communities that find themselves on the margins of the information system.

**Keywords:** knowledge organization; knowledge organization system; ethical value; ethical dilemma; deconstruction.

## **1 INTRODUÇÃO**

As comunidades de usuários de bibliotecas buscam por diferentes tipos de informação e se valem de diferentes caminhos para acessá-la, mas também buscam por voz e representatividade nesse universo, e a Organização do Conhecimento (OC) pode ampará-las nessa construção. Nesse sentido, o catálogo construído a partir dos sistemas de organização do conhecimento (SOC) deve atuar como um mediador justo e confiável entre as comunidades de usuários e os itens informacionais presentes no acervo.

As formas pelas quais comunidades de usuários se encontram representadas nos SOC impulsionam estudos críticos desde ao menos 1971, quando Sanford Berman publicou o livro “Prejudices and antipathies: A Tract on the LC Subject Heads Concerning People”, cuja segunda edição foi publicada em 1993, contendo o mapeamento de inconsistências, preconceitos ou traços de preconceitos presentes na Library of Congress Subject Headings (LCSH) (Berman, 1993). Essa lista de cabeçalho de assuntos foi criada e é gerenciada pela Biblioteca do Congresso nos Estados Unidos e a sua versão em português, no Brasil, é materializada na Terminologia de Assuntos da Fundação Biblioteca Nacional. Na ocasião, o autor sugeriu alterações, inclusões e exclusões de cabeçalhos de assunto e referências cruzadas. Trabalhos sobre o que foi alterado, parcialmente alterado ou permanece como estava na LCSH são publicados até os dias de hoje.

Anthony C. Foskett publicou, também em 1971, o artigo “Misogynists All: A study in Critical Classification” quando declarou que os responsáveis pelas classificações sempre evitaram classificações críticas, isto é, pensar sobre a influência que as suas próprias inclinações e preconceitos exercem nos SOC (Foskett, 1971).

Como pano de fundo dessas e outras obras clássicas estão os impactos que podem ocorrer a partir do contato dos usuários com os substitutos documentais<sup>1</sup> tendenciosos ou preconceituosos (com *biases*, em inglês) em bibliotecas e sistemas de informação.

---

<sup>1</sup> Em bibliotecas, registros catalográficos são criados para substituir os documentos no catálogo de um

Os substitutos documentais são os registros catalográficos que representam os documentos presentes no acervo, ou seja, os produtos construídos pelos bibliotecários que contêm representações do documento, “ficam no lugar dele”, para fins de recuperação da informação. Esses produtos são compostos por termos utilizados na catalogação e indexação do acervo para designar pontos de acesso que serão utilizados na busca e recuperação da informação. Esses termos são designados a partir dos SOC que, além dos tradicionais sistemas de classificação (linguagem documentária notacional), incluem vocabulários controlados que contêm formas de nomes de pessoas (listas de autoridades) e termos tópicos, descritores de indexação ou cabeçalhos de assunto (linguagens documentárias alfabéticas).

Quando se fala sobre *biases* na OC, são evocadas várias conotações. Se, por um lado, as conotações podem salientar aspectos discriminatórios ou preconceituosos de um determinado tópico no contexto de um sistema de informação; por outro lado, algumas conotações revelam um direcionamento, uma inclinação visando garantir especificidade na recuperação da informação, conforme explica Milani (2014).

Os preconceitos ou direcionamentos podem ocorrer a partir da forma como a representação descritiva ou temática foi realizada pelo profissional; a partir das políticas adotadas pela instituição e pelo profissional, incluindo sua consciência ética sobre os processos; a partir dos SOC adotados; ou a partir dos tópicos e abordagens presentes no próprio documento que está sendo representado.

Quando os processos de representação, denominados representação do conhecimento no âmbito da OC, não são realizados de forma defensável, pode-se privilegiar, censurar, omitir e distorcer informações. Nesse sentido, estudos críticos sobre a OC, incluindo os SOC, devem ser conduzidos em busca de estruturas e orientações para auxiliar a promoção do acesso e apropriação da informação a partir da tomada de decisão ética em bibliotecas.

---

sistema de informação. Olson (2002, p. 3) explica que “[c]ada registro catalográfico é um substituto de um documento de algum tipo (livro, recursos de som, páginas da Internet etc.) e contém diferentes tipos de representações informacionais daquele documento”. Na corrente de pensamento francesa *Análise Documentária*, tais substitutos são denominados *informação documentária*.

Assim, parte-se de uma trajetória de pesquisa sobre estudos éticos em OC e representação do conhecimento preconceituosa para propor uma reflexão sobre aspectos conceituais e éticos que permeiam os SOC e a necessidade de ampliação de consciência ética dos profissionais que tratam o conhecimento de forma a disponibilizá-lo como informação, aqui denominados bibliotecários.

## **2 ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL: VALORES ÉTICOS MOVEM ATITUDES**

No atual contexto de proliferação de notícias falsas, personalizações irresponsáveis (e criação de bolhas no *big data*), mais a falta de avaliação de fontes de informação pelos usuários da Internet, aspectos sobre comportamento informacional e necessidade de informação emergem como reveladores de padrões que envolvem comunidades de usuários. Essa situação levou a OC a levantar uma discussão sobre aspectos relacionados à relevância, valor e medida almejados pela Biblioteconomia e pela Ciência da Informação, e a verdade, valor discutido pela Filosofia, e seus papéis na promoção da justiça social.

É tarefa dos teóricos da OC refletir sobre as seguintes presunções<sup>2</sup>: *fornecer aos usuários o que eles disseram que querem e fornecer aos usuários o que julgamos que eles precisam*, bem como “[...] reconhecer o vazio moral em *ambas* as posições e promover uma justificação a uma OC que seja consistente às concepções contemporâneas e *pluralistas* de verdade” (Furner, 2018, p. 474).

A verdade não é algo eterno e externo a ser retratada de forma objetiva nos SOC, como já alertava Foskett (1971), porém esses sistemas refletem a realidade. Mai (2013) lembra que a realidade é “tendenciosa, injusta e cheia de contradições”, e os bibliotecários têm o grande desafio de amenizar os possíveis danos causados pelos sistemas de informação.

<sup>2</sup> Presunção é uma premissa subjacente inquestionável e não declarada. Olson (1996) explica que uma das presunções da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação consiste em considerar que as linguagens documentárias universais seriam sempre as nossas opções mais acertadas.

Os bibliotecários compromissados têm o objetivo de promover justiça, principalmente justiça social e, para isso, estudos críticos sobre a biblioteca e seus serviços, incluindo os SOC, deverão ser conduzidos, atesta Furner (2018).

Há diferentes teorias acerca da justiça social que

[...] podem ou não ser simultaneamente teorias sobre justiça distributiva, destacam a importância de indivíduos se identificarem com certos grupos – raças, gêneros, e classes, por exemplo – e de assegurar que esse pertencimento será levado em consideração de forma apropriada em qualquer medida de justiça (Furner, 2018, p. 471).

O autor diz que muitos educadores na OC se comprometem com a justiça social em termos distributivos ao reduzir as divisões e disparidades, por exemplo, entre ricos e pobres, realizar uma distribuição justa de oportunidades sociais, culturais, econômicas e políticas e construir comunidades em que direitos humanos básicos e liberdade são respeitados, porém essa perspectiva ignora um dos maiores tipos de injustiça da sociedade, o qual é causado, conforme explica Furner (2018, p. 471), “[...] pela *opressão* sistêmica ou discriminação de grupos sociais específicos”.

Nesse contexto, os bibliotecários observam os objetos que estudam, tais como os usuários e os responsáveis pelos SOC, a partir de suas *lentes subjetivas individuais*. Milani, Guimarães e Olson (2014) reforçam que os usuários e os responsáveis pelos SOC também produzem camadas de subjetividade.

Bibliotecários possuem crenças, posicionamentos perante diversos assuntos, visões de mundo diferentes, ou seja, não são neutros<sup>3</sup>. A consciência sobre essa característica humana e a reflexão sobre os valores éticos que permeiam suas vidas exigem um exercício constante; não é possível dissociar as crenças pessoais da atuação profissional. Por atuarem na pro-

---

<sup>3</sup> Sandel (2018, p. 268) esclarece que “[...] o atrativo de uma estrutura neutra está exatamente na recusa a determinar qualquer preferência em relação à melhor maneira de viver ou à concepção do bem”.

moção do acesso e apropriação da informação, parte-se do pressuposto de que os bibliotecários atuam para o bem<sup>4</sup>.

Budd (2006) explica que cabe tanto à Biblioteconomia quanto a qualquer profissão decidir o que é bom, por ser algo pretendido<sup>5</sup>, o que é independente de nós e o que tem valor, isto é, que pode ser usado por nós para compreendermos algumas balizas éticas e objetivos que traçamos. Algumas dessas premissas poderão ter caráter global, não universal, mas uma reflexão local ou contextualizada é a chave para lidarmos com opressões.

Nesse sentido, Froehlich (2011) atesta que os bibliotecários deveriam “[...] querer ampliar sua consciência ética – especialmente no que diz respeito ao entendimento das dimensões éticas de um contexto ou atividade específica – e considerar a diversidade de pontos de vista e valores que vêm à tona na deliberação ética”, isto é, valores que vêm à tona ao se analisar problemas éticos que podem surgir no atendimento aos usuários. Essa ampliação de consciência ética exige o estudo de modelos epistemológicos.

## **2.1 AMPLIAÇÃO DA CONSCIÊNCIA ÉTICA: MODELOS EPISTEMOLÓGICOS NO CONTEXTO DA OC**

Uma vez que cada tomada de decisão ética contém valores e implicações morais, podemos afirmar que não devemos contar com o bom senso, afinal

[...] [c]ada um de nós tem a sua própria visão de mundo. Tendemos a esquecer isso e a agir como se as pessoas com as quais interagimos compartilhassem das nossas perspectivas ou até mesmo das nossas opiniões. No entanto, quando indexamos, precisamos

---

<sup>4</sup> “A tentativa de dissociar os argumentos de justiça e direitos dos argumentos da vida boa é equivocada por duas razões: primeiro porque nem sempre é possível decidir questões sobre justiça e direitos sem resolver importantes questões morais; segundo, porque, mesmo quando isso é possível, pode não ser desejável” (Sandel, 2018, p. 312).

<sup>5</sup> O bem “[...] apresenta uma qualidade ontológica; seu próprio ser incorpora o bem (por exemplo: ter integridade é bom). De alguma maneira, essa definição de bem é semelhante ao imperativo categórico de Kant (algo que é um fim em si mesmo). Valor, no entanto, é tornar-se real a partir de sua aplicação; há um atributo pragmático atrelado a ele (fornecer acesso à informação solicitada da forma mais rápida possível tem valor)” (Budd, 2006, p. 255).

estar conscientes de que a maneira como percebemos o mundo pode ser muito diferente daquela de um autor em particular e, certamente, das maneiras como determinados usuários percebem o mundo. A única solução real consiste em estar o mais consciente possível das nossas próprias presunções quando encontrarmos [tais disparidades] no documento. (Jacobs, 2007, p. 163).

O autor constata que há uma carência de literatura no tocante ao modo pelo qual os bibliotecários constroem suas bases filosóficas, incluindo a ética, e isso é grave. As reflexões sobre ética têm caráter interdisciplinar, com muitas tradições de pesquisa e envolvem os mais variados modelos epistemológicos.

Diferentemente dos estudos descritivos ou que examinam situações reais, Fox e Reece (2012) apresentam e explicam seis modelos epistemológicos que poderiam oferecer subsídios para o embasamento de decisões éticas do bibliotecário, cada qual com os seus prós e contras. São eles:

- *Modelo utilitarista*: somente as consequências importam ao determinar o valor moral de uma ação, e o bem comum do coletivo é o foco. Se uma ação serve ao bem comum, mas se vale de mentiras ou violência, a ação mantém o seu valor moral. Na OC, a bondade pode se equiparar à promoção de acesso; lembrando que esse processo é realizado por profissionais especializados. Por exemplo, na Classificação Decimal de Dewey, a classe 200 – Religião – foca no Cristianismo. Se for demonstrado que a maioria dos usuários se beneficia desse arranjo, respondendo ao princípio de utilidade, esse direcionamento será aceito. O utilitarismo parece ser o modelo em uso na OC, embora o bem comum acabe amparando a cultura dominante. Nesse contexto utilitarista, o bibliotecário pode julgar os SOC a partir de seu próprio conhecimento, além de poder aplicar as políticas locais para adaptá-los aos usuários.

- *Modelo deontológico de Kant:* para considerar uma ação correta, considera-se mais do que as suas consequências. Para ser considerada ética, a ação deve ser realizada como um dever, ou seja, seguindo os imperativos categóricos que são valores absolutos, universais, incondicionais e cujo cumprimento compõe a moralidade que conduz ao bem moral. A limitação desse modelo inclui a presença de regras sem exceção e o poder ilimitado dado à imaginação dos bibliotecários. Por exemplo, ao deparar-se com um documento que julgue ofensivo, o bibliotecário pode, deliberadamente, classificá-lo de forma enviesada e, caso alguém não veja contradição nessa ação, ela se torna lícita.
- *Modelo de Rawls – Justiça ética:* Para Rawls, a principal questão da ética seria decidir o que é justo. Assim como a deontologia de Kant, percebe-se que a neutralidade deveria regular o campo por meio dos padrões e, assim, os dilemas éticos seriam vistos sob a égide das normas do campo e não a partir do contexto. A normatividade determinaria por meio de regras qual decisão deverá ser tomada e os detalhes individuais seriam desconsiderados. Na OC, sob essa perspectiva, os usuários deveriam adaptar-se aos sistemas e às regras, as quais os bibliotecários deveriam seguir uma vez que são consideradas universais nesse contexto.
- *Ética feminista – Ética do cuidado:* A Ética do cuidado não implica afeto, mas uma estratégia que visa incluir colaboração, relacionamentos e contexto ao processo de tomada de decisão ética ao analisar os dilemas em seus contextos específicos e acomodando as exceções. Na OC, considerar ou conhecer todos os aspectos de um indivíduo que poderia realizar uma busca no sistema de informação é inviável, mas as pesquisas vêm buscando maneiras criativas de acomodar o contexto dos usuários mantendo o controle bibliográfico necessário; esse parece ser o paradigma atual da OC.

- Ética de Derrida: evoca o direito à diferença, o qual permitiria ao *outro* permanecer como *outro* e não ser reduzido ao *mesmo* pelo sistema; todo *outro* seria bem-vindo ao sistema e, já que os limites são inevitáveis, as bordas entre uma categoria e outra devem ser porosas para acomodá-los. Na OC, a estrutura de Derrida fomentaria sistemas hospitaleiros ao extremo incluindo todos os pontos de vistas e terminologias, similares aos ambientes de *tagging*, nos quais os bibliotecários seriam vistos como restrições e caberia ao usuário julgar a informação que precisa.
- Ética pragmática de John Dewey: várias ações e consequências e todas as possibilidades lógicas que pertencem ao contexto da ação devem ser consideradas, testando-as com o auxílio de uma comunidade definida levando em conta sua vida moral. Não há uma realidade universal e o significado é criado socialmente. Na OC, as decisões do bibliotecário considerariam as possíveis consequências para os usuários e seriam julgadas socialmente de modo a verificar a sua razoabilidade.

Um modelo epistemológico será adotado pela equipe responsável pela criação dos substitutos documentais, afinal, como reforça Mai (2013), não há como evitar tomada de decisão ética em bibliotecas e sistemas de informação.

## 2.2 DILEMAS ÉTICOS NA OC E SEUS EFEITOS

Tem-se uma melhor noção de ética quando valores éticos são violados ou quando nos deparamos com uma situação problemática, ensina Froehlich (2011).

Em síntese, um dilema ético na OC pode ocorrer quando:

- uma ação não condiz com os valores éticos de quem a está executando;
- uma ação envolve dois ou mais valores éticos conflitantes entre si;
- uma ação não ampara um valor ético que a pessoa que a está executando julga ser essencial para o fim ao qual ela se propõe;
- uma ação difere do proposto pela política adotada pela instituição.

Fox, Martínez-Ávila e Milani (2017) afirmam que as pessoas se importam com as representações que envolvem a si mesmas. Sendo assim, quando um tópico de assunto é tratado como uma exceção no sistema de informação<sup>6</sup>, quando há a guetização de um tópico<sup>7</sup>, omissão de um tópico<sup>8</sup>, quando se observa uma estrutura inadequada nos SOC<sup>9</sup> e uso de terminologia preconceituosa<sup>10</sup>, as comunidades de usuários sofrerão o prejuízo de não se verem ali representadas ou representadas de forma preconceituosa ou opressiva, como demonstra os estudos de Olson (2002).

---

<sup>6</sup> Nas classificações, o tratamento da literatura a partir da língua em que está escrita causa problemas aos países colonizados, pois, além de vir primeiro na estante, ter maior espaço e subdivisões cronológicas mais específicas, são dados à língua dos colonizadores, o que não ocorre com a literatura indígena de um país, por exemplo (Olson; Schlegl, 2001).

<sup>7</sup> No contexto dos estudos de gênero e sobre mulheres, a guetização tem sido vista cada vez menos como uma conveniência (isto é, deixar juntas todas as obras que tratam desse tema) e cada vez mais como uma limitação (isto é, por que retirar as obras do contexto geral da coleção?) (Olson; Schlegl, 2001).

<sup>8</sup> Nos sistemas de classificação CDD, CDU e LCC, as religiões independentes da África não podem ser representadas, enquanto a Cristandade dominante na África, outras religiões africanas e igrejas independentes dos Estados Unidos o são (Olson; Schlegl, 2001).

<sup>9</sup> Problemas para representar comunidades africanas consistem em: entendimento impreciso da língua africana, representação das pessoas de acordo com a maneira como estão agrupadas, má alocação no tocante às culturas africanas se comparadas ao espaço destinado às culturas europeia e norte-americana branca e mecanismos de divisão inapropriados (por exemplo, língua). Ao confiarmos na habilidade dos usuários em executar buscas, utilizando operadores booleanos, podemos estar colocando as obras referentes aos grupos marginalizados fora do seu alcance (Olson; Schlegl, 2001).

<sup>10</sup> O exemplo utilizado pelas autoras diz respeito à discussão que se deu no contexto da American Library Association sobre a sugestão de Sanford Berman de se evitar nomear pessoas somente utilizando um adjetivo. Por exemplo: o cabeçalho de assunto “pobre” ressalta apenas um elemento da existência de um indivíduo excluindo todos os outros. Uma solução seria a mudança do cabeçalho para “pessoas pobres” (Olson; Schlegl, 2001). Para mais exemplos, consultar o levantamento bibliográfico realizado por Milani (2014).

Observemos o exemplo a seguir: por muito tempo, a representação descritiva foi entendida como menos suscetível a dilemas uma vez que os dados presentes em suas representações seriam mais fáceis de identificar no documento, porém Moulaison, Dykas e Budd (2014) discutem como o conceito de autoria poderia ser ampliado para o aprimoramento do acesso à informação indo além da simples identificação de “quem é o autor” de um documento. Nessa perspectiva mais abrangente, os pontos de acesso referentes à autoria de uma obra seriam compostos também pelos atributos (gênero, estado civil, título, profissão, vocação etc.), relações (filiações, autores que o influenciaram etc.) e eventos de vida e carreira (campos de estudo etc.) de cada autor.

Ao inserir dados sobre os atributos de um autor, suas relações pessoais e eventos de sua vida e carreira nos substitutos documentais, alguns dilemas éticos relacionados à privacidade podem surgir, uma vez que o bibliotecário lidaria com informações de natureza privada. Mesmo que pontos de acesso compostos por elementos relacionados à autoria figurariam como excelentes pontes temáticas entre as necessidades informacionais do usuário e os documentos do acervo, tais como: pesquisas sobre obras produzidas por autores nascidos em determinada época, que frequentaram determinado local, que lutaram em uma guerra específica, que têm determinada orientação sexual etc., contudo deve-se respeitar os desejos dos autores em relação a expor esses dados levando em conta a política da biblioteca.

Uma alternativa oferecida por Moulaison, Dykas e Budd (2014) seria manter esses dados pessoais do autor em sigilo e autorizar apenas os bibliotecários daquela instituição a acessá-los. Se esses dados se tornarem públicos em algum momento por meio de outra instituição, os bibliotecários poderiam torná-los disponíveis no catálogo, tomando cuidado com questões relacionadas à violação de privacidade.

Szostak (2015) reforça tal constatação quando diz que os usuários se beneficiariam se os pontos de acesso dos substitutos documentais também veiculassem dados sobre as teorias aplicadas, métodos aplicados, perspecti-

vas filosóficas e disciplinares e visões de mundo do autor identificadas no documento representado.

Assim como no exemplo apresentado, o bibliotecário sempre tomará decisão diante de um dilema ético e essa decisão, mesmo que seja ignorar a situação, gerará consequências. A seguir, são apresentadas possíveis consequências da não resolução de dilemas éticos na OC:

1. Impacto na autoimagem do usuário: difícil de ser mensurado ou mesmo comentado. A literatura especializada evita abordar esse aspecto de modo a evitar julgamentos, mas há alguns estudos nesse sentido<sup>11</sup>.
2. Impacto na construção do conhecimento pelo usuário: não oferecer contextualizações sobre os motivos pelos quais um determinado espaço foi reservado àquele assunto nos SOC, ou acesso ao histórico das mudanças, inclusões e exclusões pelas quais os cabeçalhos de assunto e notações de classificação passaram. Isso deixaria os usuários insatisfeitos e poderia, inclusive, sugerir que alguns pontos de vista são normais e outros incomuns.
3. Indução a crenças falsas ou preconceituosas, incluindo a estigmatização de determinados grupos de pessoas, principalmente os não pertencentes aos grupos dominantes.
4. Reforço da crença de que o objetivo de todos os SOC é amparar os sistemas universais de recuperação da informação visando à padronização e à internacionalização dos registros catalográficos, notações de classificação e descritores de indexação, e que pensar em soluções locais para a promoção do acesso e apropriação da informação dos usuários poderia prejudicar a sua função.

---

<sup>11</sup> Fox (2016, p. 583) explica que “[...] [p]essoas intersexuais como conceito certamente ‘existem’; no entanto elas não estão sendo classificadas, e sim a literatura sobre elas está sendo classificada, e a literatura oferece a percepção de como o conceito deveria ser considerado. Se a literatura os retrata ontologicamente como seres místicos ou como pessoas normais com corpos atípicos, a epistemologia examina quem e como esses entendimentos se formaram e perpassam as relações de poder que podem encorajar ou limitar o agenciamento”.

5. Reforço da crença na neutralidade, objetividade e universalidade, presunções ainda pouco questionadas pela literatura de Biblioteconomia e de Ciência da Informação.

Uma questão recorrente no âmbito dos estudos éticos na OC diz respeito às maneiras pelas quais as comunidades de usuários da biblioteca que não são incluídas podem ser identificadas. Uma das formas de se estimular essa reflexão é por meio da identificação de valores e, conseqüentemente, problemas éticos que perpassam o campo.

### **2.3 IDENTIFICAÇÃO DE VALORES E PROBLEMAS ÉTICOS NA OC: UM EXERCÍCIO CONSTANTE**

É sabido que a identificação teórica e conceitual dos domínios do conhecimento mais consultados no sistema de informação e a atenção às discussões relacionadas aos grupos que não pertencem à cultura dominante, uma vez que estes já se encontram amparados pela biblioteca, são recursos apropriados, assim como os estudos de usuários e de comportamento informacional. Nesse cenário, o entendimento sobre os valores e problemas éticos que permeiam a sua atuação profissional é um exercício complementar valioso para o bibliotecário<sup>12</sup>.

Budd (2006) esclarece que a identificação e reflexão sobre um conjunto de valores éticos requer uma explicação sobre quais atributos estão associados a determinado valor, para quem tal valor é importante e por quê.

O valor ético “garantia cultural”<sup>13</sup>, tão caro às reflexões contemporâneas, possui os seguintes atributos: apresentação de diferentes tipos de informação e construção de diferentes caminhos para uma mesma informa-

<sup>12</sup> Ver exemplos em Pinho e Milani (2021).

<sup>13</sup> “Garantia cultural significa que qualquer tipo de sistema de organização e/ou representação do conhecimento pode ser sumamente apropriado e útil para os indivíduos de uma cultura somente se for baseado nas premissas, valores e predisposições daquela mesma cultura” (Beghtol, 2002, p. 511). Por essa razão, os SOC são considerados artefatos culturais.

ção. É importante para todas as comunidades de usuários, principalmente aquelas que não pertencem ao contexto dominante porque diferentes usuários têm diferentes identidades e necessidades informacionais específicas, as quais devem ser respeitadas.

Da negação deste valor ético, tem-se “má representação ou incompletude”. Esse problema ético consiste na falha da representação do conhecimento ocasionada por aplicação inapropriada dos SOC ou materialização de um preconceito do bibliotecário nas representações presentes no substituto documental. Nesse caso, não houve uma preocupação ou cuidado com as necessidades dos usuários, o que resulta em ruídos na recuperação da informação, recuperação da informação imprecisa ou, ainda, impactos negativos na autoimagem dos usuários.

No contexto da OC, destaca-se ainda o valor ético “privacidade”, cujos atributos incluem o sigilo sobre as informações relacionadas aos usuários, bem como ao seu histórico com a instituição (buscas, empréstimos, opiniões, problemas etc.). É importante para todos os usuários da instituição, porque apesar de a biblioteca geralmente se configurar como um espaço público, a sua relação com o usuário deve ser privada uma vez que o seu comportamento informacional pode revelar características de sua identidade que ele não deseja compartilhar com outras pessoas.

O problema ético decorrente da negação desse valor é a “vigilância”. Ações que violem a privacidade do usuário devem ser evitadas a menos que questões legais se apresentem. Caso haja qualquer registro ou filtro que exporia a identidade do usuário em suas atividades na instituição, essa ação deve ser informada.

O grande desafio para os bibliotecários é a criação de uma ética institucionalizada, constata Budd (2006), arrolando objetivos específicos a partir de noções de direitos e deveres. É claro que ao se deparar com um dilema previsto na legislação, o bibliotecário possui diretrizes concretas para tomar decisão, mas isso não garante que ele não entrará em conflito quando um valor ético inviabilizar outro valor ético, por exemplo.

O mapeamento dos problemas éticos enfrentados pelas comunidades de usuários e pelos bibliotecários pode partir de uma reflexão sobre valores éticos, como no exercício realizado acima, que permeiam as relações do bibliotecário com o usuário, com a organização, com a informação, com a profissão e consigo mesmo, conforme explica Guimarães (2000), porém há outras possibilidades.

Estudos críticos ou que se valem de Teorias Críticas têm sido desenvolvidos no âmbito da OC com o intuito de observar presunções do campo ou para propor soluções para problemas endereçados a ele.

### **3 ESTUDOS CRÍTICOS ACERCA DOS SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO**

Uma vez que os documentos adentram os acervos, a forma pela qual são representados e organizados nas bibliotecas e em seus catálogos pode causar impactos na vida e na autoestima dos usuários, como visto na seção anterior, e nas suas construções de conhecimento. Em outras palavras, ao refletir sobre os processos intermediários entre um contexto de produção documental e um contexto de uso informacional, a OC também “fala pelas pessoas” e, conseqüentemente, influencia sua representatividade.

Partindo da premissa de que as formas pelas quais as bibliotecas e os sistemas de informação são construídos e atuam têm um importante papel na produção do conhecimento, observa-se que os bibliotecários estão aptos a “[...] amparar a avaliação crítica sobre declarações de conhecimento, o crescimento do conhecimento individual e coletivo, e o espaço onde as pessoas podem se engajar em conexões sociais que produzem conhecimento [...]” (Budd, 2004, p. 367).

Na representação do conhecimento, principalmente a partir da representação temática, as tendenciosidades e preconceitos não estão limitados a descrições individuais, mas relacionados a “[...] gênero, sexualidade, raça, idade, habilidade, etnicidade, linguagem e religião, [as quais] têm

sido descritas como limites para a representação da diversidade e para os efetivos serviços biblioteconômicos a populações diversas” (Olson, 2002, p. 7). Nesse contexto, destaca-se o importante papel dos SOC.

Os estudos sobre os SOC são denominados críticos quando abordam ou tangenciam um tema político ou social. Esse tema pode dizer respeito à própria designação de um termo, suas relações hierárquicas, associativas ou às remissivas presentes nos SOC. Estudos críticos no âmbito da OC podem ainda alertar ou avaliar o impacto que os substitutos documentais que veiculam termos advindos de determinados SOC pode ter em um determinado contexto.

Por outro lado, estudos críticos podem ser assim denominados pelas escolhas feitas pelo pesquisador ao construir a base metodológica da pesquisa, isto é, ao “ajustar a lente” para a coleta de dados e análise dos resultados de uma pesquisa.

### **3.1 POSTURAS EPISTÊMICAS E MÉTODO NO CONTEXTO DAS TEORIAS CRÍTICAS**

Geralmente, pesquisadores buscam por uma metodologia e métodos no contexto das Teorias Críticas, pois consideram que os fatos, inclusive os fatos científicos, não são dados por meio das perguntas feitas sobre os eventos, mas, sim, construídos. Desse modo, “[...] [t]odos os pesquisadores constroem o seu objeto de investigação com os materiais que a sua cultura fornece, e os valores desempenham um papel central nesse projeto integrado em termos linguísticos, ideológicos e históricos que chamamos de ciência” (Lather, 1991, p. 105).

Ao procurar alternativas que não possuem uma base teórica positivista, destacam-se as Teorias Críticas, o Pós-Modernismo e o Pós-Estruturalismo, que são teorias que apresentam uma ou mais maneiras de se fazer e/ou ver as coisas, ressaltando, para tanto, as diferentes perspectivas presentes em uma mesma realidade.

Essas teorias têm como foco interrogar suposições tomadas como verdades e rejeitam o conceito de uma representação sem pressuposição, uma vez que tal representação é politicamente indesejável e filosoficamente impossível, alerta Agger (1991).

O direcionamento do olhar do pesquisador é evidenciado a partir da postura epistêmica adotada por ele, a qual além de explicitar as suas premissas ontológicas, epistemológicas e sobre a humanidade, registra a sua proximidade, enquanto pesquisador, com o objeto da pesquisa.

Ao refletirem sobre a OC e epistemologias feministas, Olson e Fox (2012) oferecem exemplos de posturas epistêmicas e suas premissas, as quais foram organizadas na figura 1.

Figura 1 – Teorias do conhecimento/Epistemologias feministas



	subjetiva				objetiva
premissas ontológicas	múltiplas realidades	realidade como uma construção social	realidade como um campo contextualizado de informação	realidade como um processo concreto	realidade como uma estrutura concreta
premissas sobre a humanidade	indivíduos construindo e construídos por discursos	construtores sociais	processadores de informação	adaptadores	respondentes
postura epistemológica	desvendar as presunções subjacentes às nossas realidades	entender como a realidade social é criada	mapear contextos	estudar sistemas, processos, mudança	construir uma ciência positivista
exemplos de posturas epistêmicas	<i>pós-estruturalista</i>		<i>cognitiva / standpoint</i>		<i>empirista</i>

Fonte: Baseado em Olson e Fox (2012).

Pesquisas que rejeitam verdades universais e aceitam múltiplas realidades, que necessitam de uma vertente crítica e uma abordagem teórica têm no Pós-Estruturalismo uma postura epistêmica promissora. O objetivo não é reconstruir nenhuma realidade permanentemente, mas mostrar que há outras maneiras de se pensar e que existem posturas epistêmicas

as quais oferecem subsídios para desmistificar algumas premissas tomadas como verdade.

Cada domínio do conhecimento constrói as suas próprias formas simbólicas e não uma verdade singular. Essas formas simbólicas refletem os discursos que as permeiam. Formas simbólicas são as construções que compõem o mundo, isto é, as construções que concedem ao mundo e à sociedade a sua forma. Por exemplo, a linguagem e os mitos são formas simbólicas que modelam a maneira pela qual o mundo será interpretado, assim como o racismo, a irracionalidade etc. (Cornell; Panfilio, 2010).

Uma vez definida a postura epistêmica, métodos e técnicas apropriados deverão ser escolhidos para compor a base metodológica da pesquisa, isto é, os métodos e técnicas deverão estar alinhados às premissas da postura epistêmica adotada.

Para os estudos críticos sobre SOC desenvolvidos pela renomada pesquisadora Hope Olson e seus seguidores, o método desconstrução tem sido adotado desde 1996, ocasião de defesa de sua tese de doutorado. Olson (2003, p. 732) explica que “[...] como resultado do poder de revelar a natureza construída e temporária dos alicerces, a desconstrução é uma excelente ferramenta para identificar e questionar as nossas pressunções, aquelas não declaradas, frequentemente não reconhecidas, bases do nosso pensamento”.

Ao realizar a desconstrução<sup>14</sup>, o pesquisador busca entender o porquê de as coisas estarem construídas da maneira como estão, para, então, oferecer uma possibilidade de resposta. Meneses (2013) comenta que a desconstrução de Jacques Derrida<sup>15</sup> é uma estratégia geral de abertura dos possíveis.

Olson (2003) explica que a desconstrução é amplamente usada como técnica no criticismo literário e tem o texto como sua fonte de coleta

---

<sup>14</sup> As etapas do método e exemplos de aplicação na OC são apresentadas por Olson (1996, 2002), que descentralizou a oposição binária “universalidade *versus* diversidade” e Milani (2014, 2017), que descentralizou a oposição binária “neutralidade *versus* interesses especiais”.

<sup>15</sup> Derrida considera a desconstrução como “[...] um evento, não uma teoria ou filosofia ou um discurso ou um ato ou uma prática ou mesmo um método” (Olson, 2003, p. 733).

de dados. Jacques Derrida partiu da ênfase semiótica do conceito de diferença para desenvolver o seu conceito de *différance*, base da desconstrução.

Ao aplicar o método de desconstrução a textos importantes para um campo ou uma prática profissional, será identificada uma oposição binária. A oposição binária consiste em uma combinação, um par, um dualismo e representa a oposição extrema entre um conceito e o outro, como bom e mau, verdade e erro.

Na oposição binária, o primeiro termo, denominado *mesmo*, define e é definido pelo segundo termo, denominado *outro*, que frequentemente está escondido textualmente. A oposição binária contém hierarquia, em que o *mesmo* é o dominante, e o *outro* é o subordinado. Os termos são, então, invertidos, e essa nova relação entre os dois é discutida a partir da aplicação de técnicas apropriadas<sup>16</sup> em textos relevantes. A autoridade para este exercício vem da autoridade dos textos escolhidos. É importante ressaltar que o que será desconstruída será a oposição binária<sup>17</sup> e não o campo ou a prática profissional estudada.

A desconstrução mostra que as oposições binárias são construídas, não inatas. Elas são constituídas por oposições aparentemente opostas, que são caracterizadas pelo termo *différance* utilizado por Jacques Derrida. *Différance* combina as palavras *difference* (diferença) em francês e *defer* [adiamento] [...] Isto é, os componentes de uma oposição binária são definidos por meio das diferenças entre si, mas a desconstrução mostra que essa diferença não pode ser fechada, em última análise. Ou seja, a definição é permanentemente adiada. Assim, a desconstrução não destrói as oposições binárias, mas revela como elas são construídas sob areias movediças (Olson, 1996, p. 76-77).

<sup>16</sup> Exemplos de técnicas são a iteração (Calás; Smircich, 1991) e o *close reading* (Kain, 1998; Mcclennen, 2001).

<sup>17</sup> As diferentes significações de um texto “[...] poderão ser descobertas, decompondo a estrutura da linguagem na qual ela é redigida. Desta feita, Derrida estima que a desconstrução seja uma ‘prática narrativa.’” (Meneses, 2013, p. 180).

As oposições binárias são as sementes da desconstrução e, por lidarem com representação, hierarquias e textos, a OC é um campo fértil para sua aplicação.

A maneira como uma comunidade de usuários é posicionada em um sistema específico ditará como as outras comunidades serão representadas, pois, como explicam Martínez-Ávila, Semidão e Ferreira (2016, p. 120), “[...] a ordenação espacial de um sistema sempre será relativa às e dependente da posição de seus componentes”. Todos os SOC são compostos por termos e relacionamentos e têm um núcleo dominante e as margens.

Por essa razão, não há como representar todas as comunidades de usuários de forma igualitária, mas há ferramentas para promover uma representação equitativa e isso não é possível sem considerarmos o conceito de *diferenças*. Ao inserirmos o conceito de *diferenças* aos processos de OC, as comunidades de usuários passam a ser vistas como comunidades de pessoas, e o respeito ao seu direito de serem informadas vem à tona, assim como o dever dos bibliotecários de informar.

### **3.2 DESCONSTRUÇÕES TRANSGRESSIVAS DE HOPE OLSON**

O entendimento pragmático dos SOC é *sine qua non*; é preciso reconhecer os esforços das instituições que os gerenciam, mas as reflexões sobre essas práticas devem ser discutidas constantemente. Na OC, a desconstrução não rejeita os seus princípios ou práticas, mas a universalidade deles.

Assim, apresentam-se as desconstruções transgressivas propostas por Hope Olson em um capítulo do livro “Tendencias de investigación en organización del conocimiento” publicado em 2003. A autora apresenta duas adaptações do método desconstrução, o qual possui limitações como todos os métodos. A partir de uma abordagem feminista e uma pós-colonial, Olson (2003) apresenta possibilidades de transcendência das oposições binárias, que foram identificadas e descentralizadas, as quais são relevantes para OC.

## As desconstruções transgressivas:

[...] sugerem que as fronteiras da desconstrução derridiana são passíveis de desconstrução para permitir uma mudança concreta – para um agenciamento material. Por essa razão que as desconstruções transgressivas – feminista e pós-colonial – são prontamente aplicáveis à organização do conhecimento uma vez que a organização do conhecimento envolve uma prática concreta no mundo material assim como uma teoria (Olson, 2003, p. 734).

As desconstruções transgressivas revelam a natureza construída dos alicerces e, ao fazê-lo, identificam as suas premissas e questionam as suas presunções. Elas rejeitam o conceito de verdade universal enquanto acolhem múltiplas realidades e, principalmente, promovem agenciamento.

Agenciamento se refere à capacidade de agir ou realizar uma ação. Na teoria contemporânea, ele se articula com a questão de saber se os indivíduos podem iniciar uma ação de forma livre e autônoma, ou se as coisas que eles fazem são, de alguma forma, determinadas pelas maneiras pelas quais sua identidade foi construída. O agenciamento é particularmente importante na teoria pós-colonial porque se refere à capacidade dos sujeitos pós-coloniais iniciarem ações no engajamento ou na resistência ao poder imperial. O termo tornou-se um problema nos últimos tempos como consequência das teorias pós-estruturalistas da **subjetividade**. Uma vez que a subjetividade humana é construída pela ideologia (Althusser), linguagem (Lacan) ou discurso (Foucault), o corolário é que qualquer ação realizada por aquele sujeito também deve ser, em certa medida, uma consequência dessas coisas. Para a teoria do discurso colonial de Bhabha e Spivak, que corrobora grande parte da posição pós-estruturalista acerca da subjetividade, a questão do agenciamento tem sido problemática. No entanto, muitas teorias nas quais a importância da ação política é soberana tomam o agenciamento como certo. Eles sugerem que, embora possa ser difícil para os sujeitos escaparem do efeito das forças que os “constroem”, não é impossível. O próprio fato de tais forças poderem ser reconhecidas sugere que elas também possam ser revogadas (Ashcroft; Griffiths; Tiffin, 2007, p. 9-10).

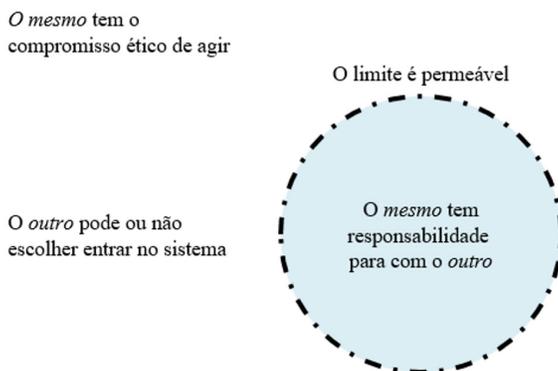
Tanto as reflexões feministas quanto as pós-coloniais veiculam exemplos de oposições binárias, pois os binários veiculam as lutas de gênero e refletem a estrutura patriarcal.

Os binários são de gênero. Ao buscar agenciamento, um emparelhamento adicional é necessário, qual seja o do sujeito conhecedor versus objeto conhecido emerge como chave para o entendimento. Enquanto o sujeito conhecedor estiver ligado à masculinidade, atividade será um traço masculino com o objeto conhecido feminino ligado à passividade. Agenciamento requer a desconstrução da oposição binária (Olson, 2003, p. 735).

A autora explica que abordagens feministas como a de Drucilla Cornell transcende as barreiras da desconstrução derridiana. Cornell (1992) “[...] focaliza as fronteiras construídas ou limites entre o dominante *mesmo* e o *outro* como local para se negociar uma relação diferente entre os dois” (Olson, 2001, p. 5), conforme apresentado na figura 2.

A linha pontilhada simboliza o catálogo da biblioteca; o *outro* são as comunidades de usuários que ainda não se encontram ou se encontram representadas de forma preconceituosa ou incompleta no catálogo; o *mesmo* representa as comunidades de usuários pertencentes aos grupos dominantes, as quais já se encontram amparadas pelo sistema, e os bibliotecários, que têm o compromisso ético de agir. O agenciamento ocorre a partir da ação ética do bibliotecário.

Figura 2 – Negociação com o Outro no catálogo da biblioteca



Fonte: Olson (2003) baseado em Cornell (1992).

Deve-se deixar o *outro* falar por si mesmo por meio dos limites dos sistemas, os quais são construídos. Neste caso, o limite do sistema pode ser o catálogo da biblioteca, composto pelos substitutos documentais. A desconstrução transgressiva feminista de Drucilla Cornell se materializa por meio de agenciamento e pressupõe atuação ética.

Já a desconstrução transgressiva pós-colonial<sup>18</sup> revela a natureza mutável das barreiras entre as culturas. Parte-se do pressuposto de que não há cultura pura por conta da diáspora e hibridação e se questiona a oposição binária universalidade imposta *versus* diversidade local.

Spivak (1999, p. 173) elenca algumas posições de dominação advindas do colonialismo, expostas como oposições binárias, quais sejam: oeste/leste, norte/sul, colonizador/colonizado, arrogância eurocêntrica/nativismo não examinado. A hierarquia entre os termos deve ser observada.

Olson (2003, p. 736) explica que “[...] a postura crítica reconhece os impactos sociais e políticos da colonização e a diáspora e hibridação das pessoas e culturas. O período da colonização europeia foi concomitan-

<sup>18</sup> “O pós-colonialismo deriva da dominação imperial pelas potências europeias de grande parte do resto do mundo à medida que se expandiu a partir do século XVI” (Olson, 2003, p. 736).

te ao desenvolvimento do mercantilismo, o legado do qual é nossa atual globalização corporativa”.

A autora defende que apesar de as relações entre o pós-colonialismo e a desconstrução não terem sido estabelecidas antes da oportunidade da publicação da obra aqui abordada, o pós-colonialismo traz elementos que se assemelham à desconstrução transgressiva, sendo assim “[...] pode-se inferir que, a partir de uma crítica desconstrutiva feminista e pós-colonial, a discussão de Gayatri Spivak de uma desconstrução tão aberta à cultura quanto à diferença sexual confirma algumas frutíferas concatenações possíveis entre a desconstrução e o pós-colonialismo” (Spivak, 1993, p. 132-133<sup>19</sup> citado por Olson, 2003, p. 736).

A autora explica que os conceitos pós-coloniais de diáspora<sup>20</sup> e hibridação de pessoas e culturas implica uma desconstrução das *diferenças*.

Homi Bhabha propõe que a hibridação é um espaço de transição, um entre espaços onde o significado cultural é enunciado. Ele se refere a esse espaço como Third Space (BHABHA, 1994, p. 38<sup>21</sup>). A partir de uma abordagem desconstrutivista, esse termo é particularmente interessante uma vez que sugere outros dois espaços: um binário (Olson, 2003, p. 737).

A intenção de Homi Bhabha é evitar a artificialidade do multiculturalismo ligado exclusivamente a questões referentes a vestimenta, comida e dança, exemplifica a autora. O Third Space é “[...] dinâmico – constitui as condições discursivas de enunciação que assegura que os significados e símbolos de uma cultura não têm uma unidade primordial ou imutabilidade; que os mesmos signos podem ser apropriados, traduzidos, historicizados e lidos de uma nova maneira” (Olson, 2003, p. 738). Quando inserido no processo de desconstrução, o Third Space promove agenciamento.

---

<sup>19</sup> SPIVAK, G. C. Feminism and deconstruction. In: SPIVAK, G. C. **Outside in the teaching machine**. New York: Routledge, 1993. p. 121-140.

<sup>20</sup> Diáspora: “Dispersão de um povo ou de uma classe pelo mundo ao longo dos anos ou dos séculos, por perseguição política, religiosa ou étnica” (DIÁSPORA, 2021).

<sup>21</sup> BHABHA, H. K. **The location of culture**. New York: Routledge, 1994.

A autora conclui que a OC reflete a tradição baconiana ou o padrão de disciplinas acadêmicas atuais e que se faz necessário que os estudos críticos continuem expondo as presunções escondidas nas práticas da OC, porém o ativismo é necessário. As desconstruções transgressivas apresentadas expõem possibilidades de reconstrução dos limites tornando-os permeáveis, ou seja, a negociação com as comunidades de usuários no catálogo da biblioteca é um caminho possível.

### 3.3 NEGOCIAÇÃO COM AS COMUNIDADES DE USUÁRIOS NO CATÁLOGO DA BIBLIOTECA

Martínez-Ávila e Guimarães (2013) lembram que as críticas às abordagens universais utilizadas pelos sistemas de classificação, assim como a visão positivista do século XIX, podem ser consideradas como as principais conquistas dos estudos críticos, e de cunho ético, na OC<sup>22</sup>. Os autores constatam que, apesar das muitas sugestões dos estudiosos da área terem sido acatadas pelos responsáveis pelos SOC, as questões profundas permanecem intocadas.

Os SOC promovem uma mediação entre um contexto de produção de informações e documentos e um contexto de uso de informações e documentos, sendo assim “[...] desempenham um papel de ponte na possível integração entre informação e conhecimento entre as fronteiras culturais, sociais, nacionais, espaciais, temporais, linguísticas e de domínio” (Beghtol, 2005, p. 903).

Esses sistemas são produtos de seus tempos, “[...] impregnados pelas concepções dominantes, pelos paradigmas e pelas tendências e até os preconceitos de uma época” (Barité, 2001, p. 50). Por se valerem de uma

---

<sup>22</sup> Leazer, Montoya e Furner (2018, p. 70) lembram que “[...] as investigações culturais – sobre como as classificações são *construídas a partir* de presunções culturais e sobre como as classificações *reforçam* as presunções culturais – formam um paradigma básico de pesquisa para a classificação por refletirem sobre como elas podem limitar ou reformular a prática classificatória”.

construção abstrata, a partir de pressupostos particulares, sua organização é artificial, provisional e determinista, conclui o autor.

Os SOC são constantemente avaliados, atualizados e aperfeiçoados, contudo as denominadas análises críticas dos SOC “[...] torna[m]-se menos sobre correção e mais sobre localizar as rupturas na estrutura” (Drabinski, 2013, p. 101) para que as negociações ocorram.

Olson (2001) sugere que as orientações de Cornell (1992) sejam seguidas e, então, sejam desenvolvidas técnicas e tecnologias que tornem os limites dos sistemas permeáveis, conforme demonstrado na figura 2.

Os SOC permitem que os bibliotecários trabalhem nas margens ou nos limites sociais e epistemológicos visando incluir diferentes pontos de vista<sup>23</sup> por meio de um exercício constante de responsabilidade ética com o *outro*, enfatiza Olson (2001, 2003).

Mai (2013, p. 251) corrobora essa declaração quando explica que “[...] [a] base ontológica e epistemológica para o trabalho de classificação mudou, nos últimos anos, de uma concepção essencialista de um universo de conhecimento para uma visão pluralista e pragmática dos domínios e da prática como seu fundamento”.

Os bibliotecários aplicam a ética baseados em seus próprios julgamentos morais. Ao solicitar mudanças aos SOC por eles utilizados, por exemplo, mesmo que essas mudanças envolvam processos burocráticos e muitas vezes longos, percebe-se que tanto os sistemas quanto os bibliotecários “[...] têm os mesmos interesses, mas a distribuição desproporcional do poder e do agenciamento podem levar aos excessos e abusos de poder em detrimento dos mais fracos” (Fox; Reece, 2012, p. 378). Em outras palavras, o metavalor de todos os envolvidos com OC é a promoção do acesso e da apropriação da informação pelos usuários, porém a diferença entre o catalogador e os responsáveis pelos SOC está na distribuição de poder, sendo o destes últimos maior.

---

<sup>23</sup> Para tanto, podem contar com o apoio de líderes de movimentos sociais, de coletivos universitários, de especialistas etc. para a realização dos ajustes terminológicos.

O bibliotecário tem o poder de promover negociações de espaços no bojo dos SOC que a biblioteca utiliza ao inserir notas de escopo, ao construir definições, ao explorar e utilizar a sua rede sintagmática e ao ressaltar as remissivas nos catálogos de biblioteca<sup>24</sup> (Milani, 2023). Provavelmente, muitos bibliotecários vêm adotando posturas que promovam representatividade, posturas éticas, mesmo sem se darem conta disso epistemologicamente.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A biblioteca é um microuniverso e tudo que ocorre na sociedade também ocorre ali, em proporções menores. Sendo assim, o bibliotecário deve estar atento às questões que envolvem o seu contexto de atuação profissional e atualizado em relação às suas dinâmicas.

Parte-se do pressuposto de que a biblioteca trabalha para a promoção da justiça, principalmente da justiça social, por lidar com a gestão de acervos com o intuito de promover o acesso à informação, o desenvolvimento de pesquisas científicas, a preservação da memória e o lazer por meio da leitura e ações culturais. Apesar de seu importante papel,

[...] [n]ão se pode criar uma sociedade justa simplesmente maximizando a utilidade ou garantindo a liberdade de escolha. Para alcançar uma sociedade justa, precisamos raciocinar juntos sobre o significado da vida boa e criar uma cultura pública que aceite as divergências que inevitavelmente ocorrerão. (Sandel, 2018, p. 322).

Embora o objetivo possa não ser o de exercer poder, exceto o poder da recuperação da informação, os bibliotecários atuam no âmbito desse poderoso discurso cultural, como enfatiza Olson (1999). Nesse sentido, a partir da construção e aplicação de SOC, em um determinado espaço

---

<sup>24</sup> O catálogo pode atuar, inclusive, como uma ferramenta pedagógica ao explicar aos usuários o porquê tratamos e organizamos as informações e documentos de determinada forma, sugere Drabinski (2013).

e em um determinado tempo, levando em consideração a diversidade das necessidades locais e a reflexão sobre o seu agenciamento, os bibliotecários podem promover equidade na representação do conhecimento.

Alternativas de negociação de espaços para a inclusão das comunidades de usuários que não pertencem aos grupos dominantes no catálogo da biblioteca ou sistema de informação configuram-se como uma preocupação global da OC, porém as soluções serão sempre locais e contextualizadas.

Diante dos dilemas éticos que exigem tomada de decisão, o bibliotecário terá que considerar valores éticos e barreiras culturais e linguísticas e os estudos críticos, também denominados políticos ou sociais, configuram-se como uma subárea da OC adequada para abrigar tais discussões.

Por fim, é importante lembrar que outras abordagens podem ser usadas para se pensar a tomada de decisão do bibliotecário com vistas à representação equitativa do conhecimento. Nesta oportunidade, discorreu-se sobre valores e dilemas éticos na atuação profissional, espaços de negociação via catálogo e apresentou-se o método desconstrução, mais especificamente as desconstruções transgressivas, com alternativas teóricas para se pensar a inclusão de comunidades de usuários ao universo das bibliotecas e sistemas de informação.

## REFERÊNCIAS

- AGGER, B. Critical theory, poststructuralism, postmodernism: their sociological relevance. **Annual Review of Sociology**, California, v. 17, p. 105-131, Aug. 1991.
- ASHCROFT, B.; GRIFFITHS, G.; TIFFIN, H. **Post-Colonial Studies: the key concepts**. 2. nd. London: Routledge, 2007. (Routledge Key Guides).
- BARITÉ, M. Organización del conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual en Bibliotecología y Documentación. In: CARRARA, K. (org.). **Educação, universidade e pesquisa**. Marília: UNESP; São Paulo: FAPESP, 2001. p. 35-60.
- BEGHTOL, C. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. **Journal of Documentation**, London, v. 58, n. 5, p. 507-532, Oct. 2002.

BEGHTOL, C. Ethical decision-making for knowledge representation and organization systems for global use. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v. 56, n. 9, p. 903-912, Jul. 2005.

BERMAN, S. **Prejudices and antipathies: A Tract on the LC Subject Heads Concerning People**. 2. nd. Jefferson; North Carolina; London: McFarland & Company, Inc., 1993.

BUDD, J. Academic libraries and knowledge: a social epistemology network. **The Journal of Academic Librarianship**, Ann Arbor, v. 30, n. 5, p. 361-367, Sep. 2004.

BUDD, J. Toward a practical and normative ethics for librarianship. **The Library Quarterly**, Chicago, v. 76, n. 3, p. 251-269, Jul. 2006.

CALÁS, M. B.; SMIRCICH, L. Voicing seduction to silence leadership. **Organization Studies**, New York, v. 12, n. 4, p. 567-602, Oct. 1991.

CORNELL, D. **The philosophy of the limit**. New York: Routledge, 1992.

CORNELL, D.; PANFILIO, K. M. **Symbolic forms for a new humanity: cultural and racial reconfigurations of Critical Theory**. New York: Fordham University Press, 2010.

DIÁSPORA. *In*: DICIONÁRIO Aulete Digital. 2021. Disponível em: <https://aulete.com.br/di%C3%A1spora> Acesso em: 24 dez. 2021.

DRABINSKI, E. Queering the catalog: queer theory and the politics of correction. **Library Quarterly**, Chicago, v. 83, n. 2, p. 94-111, mês. 2013.

FOSKETT, A. C. Misogynists All: A Study in Critical Classification. **Library Resources & Technical Services**, Chicago, v. 15, n. 2, p. 117-121, Spring 1971.

FOX, M. J. Subjects in doubt: the ontogeny of Intersex in the Dewey Decimal Classification. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 43, n. 8, p. 581-593. 2016.

FOX, M. J.; MARTÍNEZ-ÁVILA, D.; MILANI, S. O. a interseccionalidade e o respeito às pessoas na organização do conhecimento. *In*: ALVES, M. A; GRACIO, M. C. C.; MARTÍNEZ-ÁVILA, D. (org.). **Informação, conhecimento e modelos**. Campinas: UNICAMP, 2017. p. 239-253. (Coleção CLE, 78).

FOX, M. J.; REECE, A. Which ethics? Whose morality?: an analysis of ethical standards for information organization. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 39, n. 5, p. 377-383, 2012.

FROEHLICH, T. 10 Questions: Tom Froehlich. **Information Outlook**, McLean, v. 15, n. 4, 2011. Entrevista concedida a Stuart Hales.

FURNER, J. Truth, relevance, and justice: towards a veritistic turn for KO. *In*: RIBEIRO, F; CERVEIRA, M. E. (ed.). **Challenges and opportunities for knowledge organization in the digital age: Proceedings of the Fifteenth International ISKO Conference**, Porto, 9-11 July 2018. Würzburg: Ergon, 2018. p. 469-474. (Advances in Knowledge Organization, 16).

GUIMARÃES, J. A. C. O profissional da informação sob o prisma de sua formação. *In*: VALENTIM, M. L. P. (ed.). **Profissionais da Informação: formação, perfil e atuação profissional**. São Paulo: Polis, 2000. p. 53-70.

JACOBS, C. Ethical places, ethical spaces: stopping to listen. **The Indexer**, London, v. 25, n. 3, p. 161-166, Jan. 2007.

KAIN, P. **How to do a close reading**. 1998. Disponível em: [writingcenter.fas.harvard.edu/pages/how-do-close-reading](http://writingcenter.fas.harvard.edu/pages/how-do-close-reading). Acesso em: 28 dez. 2021.

LATHER, P. **Getting Smart: feminist research and pedagogy with/in the postmodern**. New York: Routledge, 1991.

LEAZER, G. H.; MONTOYA, R. FURNER, J. Articulating a cultural research program for Knowledge Organization Systems. *In*: RIBEIRO, F.; CERVEIRA, M. E. (ed.). **Challenges and opportunities for knowledge organization in the digital age: Proceedings of the Fifteenth International ISKO Conference, Porto, 9-11 July 2018**. Würzburg: Ergon, 2018. p. 68-73. (Advances in Knowledge Organization, 16).

MAI, J.-E. Ethics, values and morality in contemporary library classifications. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 40, n. 4, p. 242-253, 2013.

MARTÍNEZ AVILA, D.; GUIMARÃES, J. A. C. Críticas de las clasificaciones bibliográficas: universalidad, postestructuralismo y ética. **Scire**, Zaragoza, v. 19, n. 2, p. 21-26, mês. 2013.

MARTÍNEZ-ÁVILA, D.; SEMIDÃO, R.; FERREIRA, M. Methodological aspects of critical theories in knowledge organization. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 43, n. 2, p. 118-125, mês. 2016.

McCLENNEN, S. A. **How to do a close reading**. 2001. Disponível em: [www.personal.psu.edu/users/s/a/sam50/closerread.htm](http://www.personal.psu.edu/users/s/a/sam50/closerread.htm). Acesso em: 28 dez. 2021.

MENESES, R. D. B. de. A desconstrução em Jacques Derrida: o que é e o que não é pela estratégia. **Universitas Philosophica**, Bogotá, v. 30, n. 60, p. 177-204, 2013.

MILANI, S. O. **Bias na Representação de Assunto: Uma Discussão de Oposições Binárias nos Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD)**. 2014. 134 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

MILANI, S. O.; GUIMARÃES, J. A. C.; OLSON, H. A. Bias in subject representation: convergences and divergences in the international literature. *In*: BABIK, W. (ed.). **Knowledge Organization in the 21st Century: Between Historical Patterns and Future Prospects: Proceedings of the Thirteenth International ISKO Conference, Kraków, 19-22 May 2014**. Würzburg: Ergon, 2014. p. 335-342 (Advances in Knowledge Organization, 14).

MILANI, S. O. Sistemas de Organização do Conhecimento inclusivos: a importância das notas de escopo, notas de uso e definições. *In: TOGNOLI, N. B.; ALBUQUERQUE, A. C. de; CERVANTES, B. M. N. (org.). **Organização e representação do conhecimento em diferentes contextos: desafios e perspectivas na era da datificação.*** Londrina: PPGCI-UEL, 2023. (Estudos Avançados em Organização do Conhecimento, 6). p. 734-744.

MILANI, S. O. Uma Discussão de Oposições Binárias nos Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD). **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 29-53, abr./jun. 2017.

MOULAISON, H. L.; DYKAS, F.; BUDD, J. M. Foucault, the author, and intellectual debt: capturing the author-function through attributes, relationships, and events in knowledge organization systems. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 41, n. 1, p. 30-43, 2014.

OLSON, H. A. **The power to name:** marginalizations and exclusions of subject representation in library catalogues. 1996. 432 f. Tese (Doutorado em Library and Information Studies) – University of Wisconsin-Madison, Madison, 1996.

OLSON, H. A. Exclusivity, teleology and hierarchy: our Aristotelian legacy. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 26, n. 2, p. 65-73, 1999.

OLSON, H. A. Patriarchal structures of subject access and subversive techniques for change. **Canadian Journal for Information and Library Science**, Toronto, v. 26, n. 2/3, p. 1-29. 2001.

OLSON, H. A. **The power to name:** locating the limits or subject representation in libraries. Dordrecht: Kluwer Academic Publisher, 2002.

OLSON, H. A. Transgressive deconstructions: feminist/postcolonial methodology for research in Knowledge Organization. *In: FRÍAS-MONTOYA, J. A.; TRAVIESO-RODRÍGUEZ, C. (org.). **Tendencias de investigación en organización del conocimiento.*** Salamanca: USAL, 2003. p. 731-740.

OLSON, H. A.; SCHLEGL, R. Standardization, objectivity, and user focus: a meta-analysis of subject access critiques. **Cataloging & Classification Quarterly**, New York, v. 32, n. 2, p. 61-80, Oct. 2001.

OLSON, H. A.; FOX, M. J. Feminist Epistemologies and Knowledge Organization. *In: SMIRAGLIA, R. P.; LEE, H. L. (ed.). **Cultural frames of knowledge.*** Würzburg: Ergon, 2012. p. 79-97.

SANDEL, M. J. **Justiça.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

SPIVAK, G. C. **A critique of postcolonial reason:** Toward a history of vanishing present. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

SZOSTAK, R. A pluralistic approach to the philosophy of classification. **Library Trends**, Baltimore, v. 63, n. 3, p. 591-614, Winter 2015.